



Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011

Ao  
Geólogo Guilherme de Oliveira Estrella  
M.D. Diretor de Exploração e Produção  
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás  
Av. Chile,65  
Nesta

RECEBIDO EM  
WELLINGTON MARBECANISTOWA  
Compartilhado ADS  
Máx 201477  
PERSONAL SERVICE

Assunto: *Nível de segurança nas unidades de produção da Bacia de Campos e das demais plataformas operadas pela Petrobrás*

Prezado Diretor,

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) tem realizado discussões entre seu corpo de associados, preocupada com o nível de segurança das plataformas da Companhia. Fruto destes debates estamos encaminhando um conjunto de sugestões e comentários de forma a contribuir para a solução dos problemas.

Algumas unidades de produção da Bacia de Campos foram interditadas em 2010. É sabido que vários eventos podem ter influenciado esta situação, como a operação de venda de ações e a eleição presidencial. Porém é fato que existiram falhas graves de segurança que foram constatadas e levaram os órgãos governamentais a atuar e suspender corretamente a atividade de produção, como na P33, por exemplo, com graves prejuízos financeiros e de imagem para a PETROBRÁS.

No entendimento da AEPET alguns fatores estruturais levaram as instalações da Companhia a esta situação. Segue abaixo um resumo de algumas prováveis causas, que podem ser facilmente confirmadas a sua ocorrência e, no futuro, tomadas ações que visem a bloquear a repetição destes problemas.

1) Postergação e redução de paradas programadas para manutenção;

Vários equipamentos funcionam de forma contínua, sem paradas para manutenção, em uma plataforma de produção (de forma similar a uma refinaria). Para que se mantenham íntegros, a boa prática recomenda que sejam feitas paradas de produção totais ou parciais para manutenção destes equipamentos. Durante os últimos anos a alta gerência do E&P vem, sistematicamente, postergando e reduzindo o tempo destas manutenções programadas que implicam em parada de produção.

O que aconteceu em 2010 é que esta situação ficou insustentável e várias plataformas tiveram que parar sem uma programação para fazer as manutenções corretivas, muito mais caras do que as preventivas, que provavelmente poderiam ser evitadas se as manutenções preventivas rotineiras tivessem sido autorizadas.

Este problema pode ser facilmente constatado analisando o número e o período de dias em que cada plataforma de produção fez parada nos últimos 10 anos.



## 2) Burocratização das liberações das "Permissões de Trabalho" – PTs

Ao longo dos anos o processo para efetiva liberação de início de um trabalho em uma plataforma, chamado de "PT" ou "Permissão de Trabalho" vem sendo "burocratizado" em nome do aumento do nível de segurança.

O estágio atual reduziu o tempo efetivo de trabalho a níveis muito baixos o que acaba levando à não realização dos trabalhos (mesmo com os recursos a bordo) e conseqüente deteriorização dos equipamentos e instalações. Sem a devida manutenção e operando em um ambiente marinho altamente agressivo, estes equipamentos vão se deteriorando e as instalações sofrendo um processo contínuo de corrosão. Seguem abaixo alguns exemplos de fácil constatação deste problema:

A) Necessidade de correio eletrônico do Gerente do Ativo para liberação de certos serviços na plataforma – Para as tarefas mais complexas este procedimento é exigido (hierarquicamente o gerente de Ativo está a cerca de 5 níveis acima do operador e acima ainda do gerente de plataforma que trabalha em terra). Porém isso só atrasa o início dos trabalhos e desperdiça mão de obra parada a bordo, pois a maioria dos Gerentes de Ativo não tem formação na área de Operação de Plataformas (a maioria nunca trabalhou em regime contínuo de embarque em plataformas) e tem dificuldade de entender os detalhes da operação que está autorizando. O pessoal próprio da PETROBRAS a bordo tem experiência e capacitação técnica necessária para avaliar e autorizar estes serviços, específicos ao seu local de trabalho e sua rotina profissional;

B) Necessidade do gerente de plataforma que trabalha em terra autorizar a operação do guindaste – Para cargas mais elevadas, porém dentro da capacidade dos guindastes, está sendo exigida a autorização do gerente de plataforma de terra (chamado de gerente da "OP"). Isso várias vezes também leva a desperdício de mão de obra a bordo, aguardando a autorização, e atraso nos trabalhos. Esta autorização poderia ser dada pelo gerente da plataforma embarcado (conhecido como "GEPLAT") que tem as condições técnicas e está no local da realização dos serviços (a bordo);

C) Dificuldade de realização de serviços emergenciais – Várias vezes ocorrem problemas nas unidades que precisam ter uma resposta rápida da área de manutenção, porém o processo burocrático está exigindo assinaturas de tantos coordenadores, segurança e operadores, que levam à perda de várias horas para que seja possível o início dos trabalhos.

Estes problemas, e vários outros entraves burocráticos, estão levando a um atraso no início das atividades diárias da força de trabalho a bordo. Com isso ocorre uma grande queda de produtividade (mão de obra disponível a bordo parada). Conseqüentemente as manutenções e obras atrasam, os planos de manutenção não são cumpridos e as instalações se deterioram. Esta questão pode ser facilmente constatada através de uma breve entrevista com qualquer gerente de plataforma de terra (gerente de "OP"), gerente de plataforma do mar ("GEPLAT") ou qualquer pessoa de bordo (operadores ou pessoal da manutenção), que tenha liberdade para falar como este processo de burocratização da liberação de "PTs" vem se alongando nos últimos anos.



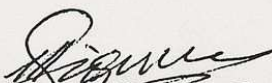
- 3) Metas inatingíveis – Nos últimos anos as metas de produção do E&P sistematicamente não vem sendo atingidas. Estes números extremamente desafiadores estão forçando a organização a abrir mão de atividades de manutenção e outras boas práticas em nome de resultados em curto prazo. Isso acaba levando a uma parada não programada da plataforma (interdição de órgão governamental, ou mesmo resultante de emergências) que leva a um prejuízo maior para a PETROBRAS em médio e longo prazos. O não cumprimento das metas nos últimos anos também é de fácil constatação.
  
- 4) Realocação de gerentes experientes para o Rio de Janeiro e perda de prestígio e poder dos gerentes baseados em Macaé – Nos últimos anos a estrutura do E&P no Rio de Janeiro e a criação de novas Unidades Operacionais, forçou a saída de vários gerentes experientes de Macaé para outras cidades. Isso está acarretando em perda de prestígio para os gerentes das plataformas e suas respectivas estruturas. Esta situação acaba por implicar em uma redução do poder de conseguir recursos, com conseqüente queda de produtividade e degradação da situação das plataformas de produção. Atualmente existe alguma dificuldade para encontrar um bom profissional que queira ser gerente de "OP", e mesmo outras posições em Macaé. Isso tem levado a Companhia convidar profissionais com pouca experiência e forçar um aprendizado muito rápido para os mesmos (talvez sem a necessária aprendizagem e treinamento no trabalho ideal). A relação deste fator com a degradação das condições das plataformas não é tão direta como nos outros casos, mas também é de fácil constatação.

Embora tenhamos mencionado as plataformas da Bacia de Campos, acreditamos que os problemas aqui apontados também estejam ocorrendo em plataformas de outras áreas da Empresa.

Considerando que a Petrobrás ficou ainda mais exposta em face de, como operadora de todo o pré-sal, contrariar os interesses externos, entendemos que os cuidados com a operação e a manutenção devam ser cada vez mais importantes.

Por fim, nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares de forma a contribuir para a melhoria das instalações marítimas de produção e para o fortalecimento da segurança operacional das plataformas da Petrobrás.

Atenciosamente,

  
Fernando Leite Siqueira  
Presidente



PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.  
PETROBRAS

DE&P-50011/2011

Rio de Janeiro, 11 de março de 2011

Ao Senhor  
Engenheiro Fernando Siqueira  
Presidente  
AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras  
Av. Nilo Peçanha 50, Grupo 2409 - Centro  
20020-906 Rio de Janeiro, RJ

Assunto: Nível de segurança nas unidades de produção da Bacia de Campos e das demais plataformas operadas pela Petrobras

Prezado Presidente:

Ao tempo em que reconhecemos o valor da preocupação desta egrégia entidade com a boa gestão e o sucesso da Petrobras, vimos esclarecer que:

1. não é correto afirmar que a Petrobras tenha cometido qualquer falha grave de segurança nas operações de suas plataformas, muito menos que hipotéticas falhas graves tenham sido "constatadas e levaram os órgãos governamentais a atuar e suspender" a operação de qualquer plataforma;
2. os dois episódios que motivaram a paralisação não voluntária de plataformas decorreram de imposições cautelares (P-33 e PCH-2), que não caracterizariam por si só a existência de falhas graves de segurança;
3. mesmo nestes dois casos, estava a Petrobras respaldada por suas análises e procedimentos internos atestando a segurança operacional das plataformas;
4. a Petrobras envida todos os esforços para superar os problemas constatados, tendo inclusive assumido compromisso formal com a ANP, com ações e prazos, para reparos e auditorias do sistema de gestão de segurança operacional em todas as plataformas marítimas até o final deste ano;
5. para viabilizar esses compromissos a Petrobras alugou mais duas unidades de manutenção e segurança (UMS), com sistema de posicionamento dinâmico, de modo a acomodar a mão-de-obra e equipamentos necessários à realização do trabalho. Uma UMS já vinha sendo utilizada desde 2007 na Bacia de Campos e o contrato da segunda foi assinado em outubro de 2010;

---

DE&P - Diretoria de Exploração e Produção

Avenida República do Chile, 65 - 23º andar  
Tels.: +55 21 2534-1100 Fax: +55 21 2220-3911  
20031-912 Rio de Janeiro, RJ - Brasil.



6. as paradas programadas das plataformas são consideradas projetos específicos pela Petrobras, que tem seus inícios com mais dois anos de antecedência de modo a permitir o planejamento de suas atividades, o suprimento de bens e serviços, a pré-fabricação em terra e a mobilização de toda a logística necessária. Os adiamentos nas paradas programadas são considerados como exceções em decorrência principalmente de atrasos no recebimento de materiais, de condições de logística e/ou de prestadores de serviços. No final de 2009 e início de 2010, houve algumas postergações de paradas devido a fatos supervenientes que acarretaram atrasos nas transições dos contratos de manutenção das plataformas da Bacia de Campos. Estes fatos já foram todos superados.

7. as críticas e sugestões da AEPET dirigidas a otimização dos processos de liberação de "Permissões de Trabalho" (PT) são bem vindas e serão objeto de análise pelos gestores da Petrobras. Entretanto, sabemos ser do vosso conhecimento a significativa redução nos índices de acidentes, notadamente os fatais, após a implementação deste método, o qual privilegia a avaliação dos riscos, a gestão das interfaces e o adequado envolvimento gerencial no planejamento das atividades. Ressaltamos ainda, que no momento, encontra-se em andamento a otimização do processo de permissão, assim como da melhoria do planejamento das atividades a bordo com o suporte das equipes da base.

8. as metas de produção são de fato desafiadoras, como tem sido a própria história de construção da Petrobras, mas que de forma alguma se impõe aos quesitos Segurança, Meio-Ambiente e Saúde, orientados pelos princípios operacionais do E&P e as 15 Diretrizes de SMS;

9. ao lado de investimentos na capacitação dos seus técnicos e gerentes, a mobilidade e transmissão de conhecimentos dos mais antigos para os mais jovens são procedimentos tradicionais e valiosos na formação do quadro de funcionários da Petrobras, sendo portanto motivo de prestígio para aqueles jovens alçados a compromissos de maior responsabilidade na frente operacional, em substituição aos mais experientes, deslocados para cumprirem outros nobres desafios profissionais;

10. destaca-se ainda que nas Unidades Operacionais e na sede, há gerências dedicadas a operação e manutenção, formadas por engenheiros e técnicos altamente qualificados e com grande experiência operacional, visando a padronização e disseminação das melhores práticas e apoio as gerências de operação e plataformas;

11. a Petrobras passou um longo período sem contratar novos profissionais, o que levou a um déficit importante de profissionais na faixa de dez a vinte anos experiência, motivo inclusive de muitas das lutas de outrora da AEPET.



Naturalmente, esta herança leva aos mais jovens a assumirem tarefas de maior responsabilidade, como aconteceu em outros momentos da história da Empresa;

12. Por fim, reafirmamos nossa absoluta convicção de que a Petrobras realiza sua tarefa de Exploração e Produção com austera política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, bem como impõe rigor técnico nos aspectos relacionados aos equipamentos e à capacitação de pessoal.

Atenciosamente,

Ricardo Latgé Milward de Azevedo  
Assessor da Diretoria de Exploração e Produção